

LOURIVAL GOMES MACHADO E OS INÍCIOS DA CADEIRA DE POLÍTICA NA USP

Lourival Gomes Machado and the beginnings of the policy chair at USP

Rafael Marino¹

Resumo:

Com este artigo pretendemos escandir algumas linhas da produção intelectual inicial de Lourival Gomes Machado, as quais indicariam a feitura de uma ciência política distinta da proposta hegemônica posterior. Isso com os seguintes propósitos: a) indicar possibilidades de trabalho intelectual e de modos de encarar a ciência em questão que talvez ainda sejam produtivos e passíveis de serem desenvolvidas em algum sentido; b) identificar certos anacronismos e erros no modo como os atores atuais da ciência política encaram o trabalho científico anterior a eles. Em um primeiro momento buscamos mostrar traços institucionais e intelectuais importantes para a formação de Machado; como segundo elemento faremos um exercício de leitura mais detido do doutorado do autor; em último lugar, faremos um breve balanço do que fora sedimentado.

Palavras-chave: Pensamento político e social brasileiro; Ciência política no Brasil; Lourival Gomes Machado.

Abstract:

This article aims to explore some lines of the initial intellectual production of Lourival Gomes Machado, which would indicate the making of a political science distinct from the later hegemonic proposal. This has the following purposes: a) to indicate possibilities of intellectual work and ways of looking at science in question that are perhaps still productive and liable to be developed in some sense; b) to identify some anachronisms and errors in the way current political science actors view the scientific work prior to them. At first we seek to show institutional and intellectual traits important for the formation of Machado; as the second element we will make a close reading exercise in the doctorate of the author; finally, we will make a brief assessment of what had been discussed.

Palavras-chave: Brazilian political and social thought; Political Science in Brazil; Lourival Gomes Machado.

Introdução

Neste artigo pretende-se apresentar alguns lineamentos da produção de Lourival Gomes Machado - um dos primeiros professores da cadeira de Política da Universidade de São Paulo e personagem destacado em sua

¹ Doutorando em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo. E-mail: rafael.marino50@gmail.com

trajetória de institucionalização -, principalmente a sua experiência intelectual inicial na Cadeira de Política da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras. Tal tarefa tem em vista três propósitos um tanto quanto interligados. Em primeiro lugar, apresentar partes da obra de Machado na e sobre a ciência política. Em segundo lugar, apreender o desenvolvimento de um modo específico de se fazer ciência política no Brasil, bastante distinto daquele tomado hodiernamente como preponderante e baseado, conforme demonstram Keinert e Silva (2010) e Forjaz (1997)², na autonomização da política frente outras esferas da vida - como a economia, a cultura e a sociedade - e na visão de que os modos anteriores de se pensar os estudos políticos padeceriam ou de um determinismo socioeconômico ou de um estruturalismo que reduziria o político a um epifenômeno dependente de outros fatores. Como último elemento, pretendemos tencionar a visão do modo atual de fazer uma ciência política hoje hegemônica no Brasil em relação ao passado desta disciplina. Aqui é preciso ressaltar que não se quer pura e simplesmente confrontar modos distintos de entender e se fazer ciência política no Brasil - como se a nossa intenção fosse apontar benfeitores e malfeitores no desenvolvimento desta disciplina no Brasil. Mas sim sugerir, seguindo lições de Brandão (2005), que determinadas formas de pensar, as quais se formariam tentando responder determinados dilemas do desenvolvimento social e institucional no país, poderiam se constituir em um *corpus* de soluções, ideias e problemas aos quais novos autores e pesquisadores podem se remeter e incorporar ao seu repertório no enfrentamento de desafios colocados pelo debate e por questões contemporâneas³. Desta feita, pretendemos mostrar que algumas formulações

² É necessário ressaltar que tanto para Keinert e Silva (2010), quanto para Forjaz (1997), esta forma de fazer ciência política não é a norma por eles desejada ou imputada e sim o que é operado pelos atores e autores do campo em questão. Ou seja, trata-se muito mais de uma bibliografia descritiva e analítica e não normativa.

³ Deste modo, é preciso dizer que também seguimos de perto outra tese de Brandão (2005), qual seja: a do caráter interessado no estudo de história das ideias ou da história intelectual. Isto é, para o cientista político uspiano, é necessário assumirmos a posição de que ideias e conceitos produzidos numa época não teriam vida própria e independente do contexto em que foram produzidos, sob pena de cairmos em anacronismos e disparates. No entanto, seria falso tentar bloquear as relações entre interesses teóricos - e até políticos - contemporâneos e as pesquisas sobre o significado de textos históricos. Até porque, os textos não seriam preciosidades arqueológicas e o campo da história intelectual não seria neutro e um espaço para meras posições analíticas. De sorte que sua exposição não pode ser divorciada do debate coetâneo e grandes constelações de ideias não podem ser totalmente resolvidas apenas em seu contexto (Cf. BRANDÃO, 2005, p. 237-238).

e posturas metodológicas de Lourival Gomes Machado poderiam ser produtivas nos estudos políticos e na ciência política atual.

Para tal, propomos o seguinte percurso: em primeiro lugar, olharemos mais de perto alguns aspectos da trajetória de Lourival, que julgamos importantes para o nosso texto; em segundo lugar, faremos um exercício de leitura mais detido e com uma interpretação específica do doutorado de nosso autor e, num terceiro momento, efetuar-se-á um balanço do que fora escrito.

Pequena biografia

Lourival Gomes Machado, nascido em 1917 na cidade de Ribeirão Preto, transferiu-se para São Paulo na década de 1930 a fim de tomar, como aluno, os bancos dos cursos de Ciências Sociais, da recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e de Direito no tradicional Largo São Francisco. Forma-se em 1938 em ambos, aos 22 anos de idade. No ano seguinte passa a ser assistente do professor francês Paul Arbousse-Bastide na cadeira de Sociologia; este último, transferido para a cadeira de Política em 1941, leva Machado como seu assistente⁴. É também em 1941 que Machado funda, juntamente com Antonio Candido e com o patrocínio de Alfredo Mesquita, a revista *Clima*, essencial à sua trajetória e de outros intelectuais destacados das primeiras gerações da Faculdade de Filosofia (PONTES, 1998).

No ano seguinte, aos 25 anos, defende a tese de doutorado na cadeira de política sob o título *Alguns aspectos atuais do problema do método, objeto e divisões da ciência política*, publicada em 1943 no boletim número um da cadeira de política, ao mesmo tempo boletim 31 da FFCL. Em 1954, contando com 37 anos, defende a tese, para ingresso na cátedra de Política, *Homem e Sociedade na teoria política de Jean-Jacques Rousseau*; passa também a ministrar aulas de história da arte e estética na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), instituição posteriormente dirigida por ele entre 1961 e 1962⁵. Em 1962, passa a compor

⁴ Informações retiradas principalmente de entrevistas dadas pelo próprio Arbousse-Bastide (1978) e de depoimentos de alunos de Gomes Machado, ao modo de Oliveiros Ferreira (1994; 2002) e Célia Quirino (1994).

⁵ É preciso dizer que, neste texto, nos deteremos na obra de Lourival mais imediatamente ligada à cadeira de política da FFCL, de sorte que seus trabalhos sobre artes plásticas aqui ficarão de lado. Para mais sobre Lourival Gomes Machado como crítico de arte ver o importante doutorado de Ana Candida Franceschini de Avelar Fernandes (2012).

a delegação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Morre, aos 49 anos de idade, em Milão, na Itália.

Nessas três décadas de atividade intelectual, não se pode deixar de lembrar também o papel fundamental de Machado como crítico de artes plásticas e como curador, colaborando em seções de órgãos como a *Folha da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*, dirigindo o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP), algumas edições da Bienal Internacional de São Paulo, além da produção de trabalhos essenciais para o campo (1947; 2003).

Tendo em vista essa breve apresentação, olharemos mais de perto três aspectos que julgamos essenciais para o nosso texto, a saber: i) a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ii) a revista *Clima* e iii) a cadeira de política, tanto como assistente, quanto catedrático deste posto.

Departamento francês de ultramar e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras

Com a feitura do decreto estadual nº 6.283, saído das mãos do então governador Armando de Salles Oliveira – assessorado por nomes como Almeida Júnior, Theodoro Augusto Ramos e Júlio de Mesquita – em 25 de janeiro de 1934, ganhou direito de cidade a chamada Universidade de São Paulo e com ela a sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras⁶. Sem uma sede, as primeiras aulas ocorreram nas dependências da Faculdade de Medicina, posteriormente os cursos da chamada ciência pura foram para um edifício na Alameda Gleite, já as humanidades instalaram-se em parte da Escola Normal Caetano de Campos, na Praça da República. Apenas no governo Ademar de Barros, mais especificamente no ano de 1949, é que o prédio da rua Maria Antonia fora adquirido de Sampaio Dória, onde anteriormente funcionava o Liceu Rio Branco (RODRIGUES DE MELLO, 1975). Escusado dizer que a França, neste período, exercia forte hegemonia cultural e científica sobre o mundo, não sendo diferente na América Latina (SCHWARTZMAN, 1979), tendo como suporte institucional o chamado *Groupement des Universités et Grandes Ecoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine*, com o fito de promover a Universidade e a ciência

⁶ Para mais sobre a história da Universidade de São Paulo e suas mudanças em direção a um modelo gerencial de trabalho acadêmico e intelectual, ver o detalhado estudo de Maria Caraméz Carlotto (2014).

francesas no exterior, cuja composição contava com intelectuais de renome na França.

Nesse bojo, Ernest Martinenche fora o elemento de ligação com países de língua espanhola e o filósofo e médico Georges Dumas será a ponte francesa com o Brasil. Entre os anos de 1910 e 1920 este será responsável pela fundação de *lycées français au Brésil* e outras instituições culturais por essas bandas, tendo como aliados o governo paulista e o jornal *O Estado de S. Paulo* (MASSI, 1991, p.32). Já em 1927 tinha-se a ideia de criar uma espécie de Universidade francesa de ultramar em São Paulo; com efeito, em 1934 o matemático e politécnico Theodoro Ramos é nomeado por Júlio de Mesquita Filho como responsável por escolher os professores europeus que dariam cabo dessa vontade de os paulistas terem uma Universidade de matiz humanista. Na Itália escolheu alguns e o trabalho na França ficou por conta de Dumas. Além destes professores, recrutaram também um punhado de alemães e ibéricos.

De primeira e segunda leva vieram: Claude Lévi-Strauss, Jean Maugué, Paul Arbousse-Bastide, Roger Bastide, Etienne Borne, entre outros (Ibid., p. 38). Desta feita, a elite paulista em sua vontade de se ilustrar e se modernizar, ao menos intelectualmente, acaba por operar o movimento descrito por Arantes do seguinte modo:

Nossa bruxuleante curiosidade filosófica, como é sabido, sempre viveu à mercê das marés ideológicas da metrópole, literalmente a reboque dos vapores da linha da Europa, como diziam os desaforados desde os tempos de Silvio Romero. Ora, a partir da viagem do *Mendoza*, em fevereiro de 1935, navio misto da *Compagnie des Trasnports Maritimes*, que trazia a bordo o jovem *normalien* Jean Maugué (vinha substituir seu compatriota Etienne Borne, primeiro professor responsável pelos cursos de Filosofia da nova Faculdade), principiamos a importar, peça por peça, um Departamento Francês de Filosofia, quer dizer, juntamente com as doutrinas consumidas ao acaso dos ventos europeus e dos achados de livraria, a própria usina que as produzia em escala acadêmica. Uma reviravolta decisiva em nossa malsinada dependência cultural. O influxo externo por certo continuaria determinante, uma razão a mais para louvar o tirocinio do referido transplante civilizatório, pois afinal um pastiche programado em início de carreira é bem melhor do que uma vida inteira de pastiches inconscientes (ARANTES, 1994, p. 61).

Já que tocou-se no nome de Maugué, entraremos pela trilha de seu trabalho decisivo na Faculdade de Filosofia⁷. No anuário de 1935-1934 da

⁷ Para mais sobre a obra e a trajetória de Maugué, ver Cordeiro (2008).

FFCL, o referido professor passava a limpo o programa que iria colocar em prática nos ensinamentos de filosofia, cuja essência girava em torno da seguinte palavra de ordem: “filosofia não se ensina, quando muito ensina-se a filosofar”. Como se sabe, a máxima, ou formulação próxima, é kantiana e encontra-se na terceira parte da introdução de sua *Lógica* (KANT, 1992, p. 42-43), todavia, aqui mediada pelos desafios universitários franceses e com a função de ser o norte doutrinário das conhecidas veleidades filosóficas do pensamento nacional. Encontro a um só tempo insólito e providencial, pois a máxima alemã indica que a disciplina filosófica não teria um objeto próprio ou mesmo verdades perenes, prontas a serem ensinadas sem mais. Na prática, Maugué queria colocar na ordem do dia uma filosofia reflexiva, baseada em cursos monográficos e no espírito de crítica. Trocando em miúdos, o ensino de filosofia deveria ser principalmente histórico, por meio da leitura cerrada e sistemática dos clássicos, intentando por essa via inculcar e propiciar um discernimento, sustentáculo de um juízo filosófico mais sofisticado, o qual pudesse separar o joio do trigo no mercado de ideias. Assim sendo, essa familiaridade com os estudos históricos poderia efetivamente nos livrar do encantamento fácil e do cuidado excessivo com as novidades europeias, passíveis de serem filtradas pela tradição de estudos local.

Ainda segundo o *professeur* Maugué, a reflexão filosófica deveria proceder, no mais das vezes, por meio da *alusão*, até porque a filosofia deveria viver sempre no *presente*. No entanto isto só poderia ocorrer de modo sistemático, segundo Arantes (1994, p.82), em países possuintes de um sistema cultural já bastante hipertrofiado, formado e complexificado, à maneira da França. O que, como se via em parte da ensaística nacional, não era uma realidade no Brasil, portanto, o que fazer? Seguindo o raciocínio de Arantes, teria ocorrido uma divisão calculada do trabalho entre a turma dos filósofos, concentrado na leitura miúda do texto (José Arthur Giannotti e Oswaldo Porchat como destaques), e a turma que colocaria em prática o *vers le concret*, mandamento filosófico de Maugué, praticado com perícia⁸ pelo chamado Grupo *Clima*.

⁸ Empresto aqui, em sentido ampliado, a qualificação dada por Gilda de Mello e Souza à crítica de Paulo Emilio Salles Gomes (SOUZA, 2008, p. 260-263).

Seguindo os propósitos deste exercício de leitura, nada a dizer sobre a turma da leitura estrutural do texto, já quanto aos “chato boys” - como queria Oswald de Andrade (ANDRADE, 1971, p. 45; 53; 65)⁹(CANDIDO, 2011, p. 41) -, turma à qual Machado pertencia, demorar-nos-emos um tanto.

Vers le concret, Clima

Conforme disse Antonio Candido (2007), ele e Lourival Gomes Machado haviam pensado na publicação de uma revista de caráter cultural e de pequena circulação nos idos de 1940. Nessa época, Machado já era assistente de Cátedra de Arbouss-Bastide e Candido segundo anista de Ciências Sociais. Também não pode ser esquecido o nome de Alfredo Mesquita, mais velho que ambos e já escritor, responsável pelos anúncios graças aos quais a revista pode ter maior tiragem - impressa, consecutivamente, pela Revista dos Tribunais e depois pela Edigraf. Contando, ao todo, com 16 números, editados entre mais de 1941 e 1944. De todo modo, Machado era seu diretor e autor da feição material da publicação, dentre os partícipes¹⁰ fora o primeiro a se tornar crítico na grande imprensa e a se inserir profissionalmente na USP (PONTES, 1998, p. 22).

De acordo com Pontes (Ibid., p. 112), por meio desta revista pode-se observar um efeito tríplice na trajetória de seus integrantes: a) o lançamento da plataforma política e intelectual de uma geração; b) constituição de uma dicção autoral própria; c) início de suas carreiras como críticos profissionais. Sem querer destrinchar ponto a ponto, é importante que retenhamos, a partir do raciocínio de Pontes, duas ou três coisas para que possamos entender melhor a produção de Gomes Machado.

Quanto à primeira, é interessante lembrar que nas revistas de número 11 e 12, saem, respectivamente, os textos “Declaração” e “Comentário” - de acordo com Candido (2007, p. 145), escritos por Paulo Emilio Salles Gomes - , pensados no calor da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Ali

⁹ Em bilhete enviado à revista Clima sobre o filme *Fantasia*, de Walt Disney, publicado em seu quinto número em outubro de 1941, faz a seguinte zombaria: “Sem nenhuma malícia. A sua geração lê desde os três anos. Aos vinte tem Spengler no intestino. E perde cada coisa!” (ANDRADE, 2009, p. 3).

¹⁰Os participantes da revista e suas atribuições eram as seguintes: “[...] o diretor responsável (Lourival Gomes Machado), os editores encarregados das seções permanentes (Antonio Candido, literatura; Lourival, artes plásticas; Paulo Emilio Salles Gomes, cinema; Décio de Almeida Prado, teatro; Antonio Branco Lefèvre, música; Roberto Pinto Souza, economia e direito; Marcelo Damy de Souza, ciência) e os colaboradores (como Gilda de Mello e Souza, Ruy Coelho, Cicero Christiano de Souza, entre outros) [...]” (PONTES, 2008, p. 97-98).

podia-se notar dois movimentos imbricados, mas não idênticos, a saber: i) a virada editorial de uma revista antes apolítica e agora francamente engajada, repudiando de maneira clara as várias formas que o fascismo ia assumindo pelo mundo, entre elas o integralismo no Brasil, e referendando a posição oficialmente assumida pelo Brasil na guerra; ii) diante da intensificação da luta política entre comunistas e integralistas - apesar da solidariedade ao que vinham fazendo no período bélico na Rússia, França, China, entre outros países, em prol da aniquilação do fascismo -, afirmar a sua clara filiação ao socialismo democrático e a construção de uma esquerda socialista independente, sem sectarismo, contudo sem transigência. Independente do trotskismo e do stalinismo, apesar da fidelidade ao processo revolucionário russo. Marxista, mas receptiva às correntes filosóficas e políticas do século (CANDIDO, 1986, p. 61) – bastante próximo ou idêntico àquilo que Candido mesmo chamará mais tarde de radicalismo de classe média (CANDIDO, 1995, p. 9-23; 2011, p. 171-270). Posição igualmente acalentada e desenvolvida por Gomes Machado, membro da chamada Esquerda Democrática (CANDIDO, 1986, p. 66) (FERREIRA, 1994)¹¹.

Do ponto de vista intelectual, as plataformas desenvolvidas por Antonio Candido, Ruy Coelho e Lourival Gomes Machado possuíam afinidades profundas entre si - apesar de este último possuir uma avaliação um tanto mais generosa da atividade intelectual dos modernistas de 1922 -, apontadas em depoimentos ao escritor e jornalista Mário Neme e publicados em 1945. Tratava-se de uma geração eminentemente crítica, entendendo a crítica como uma imposição duma necessidade social, gerada sob o influxo cultural e intelectual dos anos 1930. Dado que este ano propiciou uma “atmosfera de crítica e de revisão, um período de violentar contradições e de enorme esforço intelectual – de onde fatalmente teríamos de sair orientados para a crítica e para a análise” (CANDIDO, 2002, p. 240), instaurando, por conseguinte, uma crítica analítica e funcional. Isso tudo à diferença da geração de 1922, por ele examinada, colocando na ordem do dia uma crítica demolidora e construtora (Ibid., p.243). Machado corrobora, em certo sentido, essa posição de Candido, argumentando que sua geração tem a “crítica como princípio, como meio e

¹¹ Para estudos detalhados sobre o histórico do socialismo democrático no Brasil e a esquerda democrática em particular, cf. Gustin e Vieira (1995) e Hecker (1998).

como fim”, tendo como uma de suas tarefas compreender analiticamente os problemas e soluções artísticas e intelectuais colocadas pelas gerações anteriores, dando à crítica sistemática um lugar no cenário intelectual (MACHADO *apud* PONTES, 2008, p. 60). Entretanto, quais seriam as raízes históricas destes intelectuais de *Clima*, incluindo, evidentemente, Machado?

Resumindo o que fora até aqui dito, é perceptível que o grupo em questão transpôs pioneiramente os resultados da recém-criada escola paulista para o terreno da cultura livre, confrontando-se com um público, apesar de determinado e específico, bem mais amplo que o da FFCL. Resultado de um encontro benfazejo entre técnica e vocação crítica francesa, vindos principalmente de Maugué; da atitude mental dos modernistas (CANDIDO, 2007, p. 146-147) e do ensaísmo de 1930, gestado no sopro de radicalidade da época. Tais determinações são melhor aquilatadas por Arantes na seguinte passagem:

É certo que aquela vocação crítica precipitada pelo ensaísmo francês de Maugué vinha de longe, mais particularmente, procedia em larga medida da reforma da inteligência nacional estimulada pelo Modernismo, cuja índole inquiridora e realista favorecia o apreço pela análise própria da prosa de ensaio, além de revelar um traço mais geral de geração e conjuntura, quando a estreia com um artigo de crítica havia algum tempo quebrara a tradição do livrinho de versos inaugural, como registrara Mário de Andrade em *Elegia de Abril*. Mas sobretudo o que permitiu enfim cumprir à risca o programa do mestre francês – tirante a especialização em Filosofia – era a presença, mais ou menos integrada ao raciocínio crítico de cada um, daquela matéria culturalmente preformada que o referido projeto pedia e devia alimentar como a sua mais próxima pressuposição. Aqui não era preciso começar *da capo*. Além do mais, naquela feliz circunstância atendia-se à principal exigência do novo espírito filosófico sem arcar com o ônus de precisar fazer filosofia. E por uma razão muito simples, entre tantas outras que se poderia alinhar em favor dessa conjunção rara: é que aos olhos da curiosidade onívora daqueles falsos diletantes, a palavra de ordem *vers le concret* exprimia antes de tudo um convite, renovado pela aclimatação bem planejada de novas técnicas intelectuais, a passar a limpo o *ensaísmo* dos seus maiores, a prosa explicativa, hoje clássica, daqueles que a partir do influxo modernista e da reviravolta de 30 começaram a pôr no lugar algumas peças do tabuleiro nacional (ARANTES, 1994, p. 85).

Passaremos agora por algumas determinações intelectuais importantes decorrentes da cadeira de política da FFLC.

A cadeira de política e sua vontade de autonomia

À sombra, principalmente, da professora Célia Quirino Galvão dos Santos e, subsidiariamente, de Oliveiros Ferreira, pode-se dizer que a Ciência

Política, como todas as outras ciências humanas na FFCL, nasceu com sua marca francesa¹². Não se configurava como uma ciência no início e nem tinha espaço próprio, marcada por uma origem fortemente sociológica e filosófica. Ademais, existiam duas seções divisoras da Faculdade: Filosofia e Ciências, de sorte que entre 1934 e 1941 o curso teve o nome de Ciências Sociais e Políticas, apresentado apenas como uma subseção das Ciências, juntamente como Matemática, História Natural, Química etc. A área de política nasceu no interior da Cadeira de Sociologia 1, constituindo-se apenas como uma parte do curso de sociologia especial, sob o título de Sociologia Política, contando com temas que giravam em torno do Estado e suas figurações. Porém, o Departamento de Ciência Política tal como vemos hoje originou-se de metamorfoses da Cadeira de Direito Político, contando com os seguintes atos: primeiro, como Cadeira de Política no interior do antigo Departamento de Sociologia e Antropologia; segundo, após o fim do regime de Cátedra, como Área de Política do Departamento de Ciências Sociais; último, em 1988, a partir da extinção do Departamento de Ciências Sociais, constituiu-se como Departamento de Ciência Política. Não obstante, a dominação mais ampla que sofreu não foi da Sociologia ou do Direito - como poderíamos pensar, à primeira vista, dada a proximidade institucional destas áreas por parte da cadeira de política em sua trajetória de constituição, ao menos na USP - e sim da Filosofia (Cf. QUIRINO, 1994), a qual dava o tom da modernidade metodológica e do que deveria ser lido à época (Cf. ARANTES, 1994).

Aqui a figura de Paul Arbousse-Bastide torna-se essencial. Licenciado em Letras e *agregé* de filosofia, buscava em seus cursos na Cadeira de Sociologia I responder perguntas clássicas, desde ao menos Durkheim: pode a sociologia ser um estudo científico? Ter um campo? Ter um método? De todo modo, de acordo com Quirino (1994), assistia-se ali um ensaio de autonomização por parte da Antropologia e da própria Política e a tentativa de apreender suas especificidades frente à disciplina forjada por Comte¹³. Poder,

¹² Para mais sobre a trajetória da cadeira de política e da ciência política na USP, ver também o detalhado estudo de Silva (2008).

¹³ Tal interpretação é corroborada por Oliveiros Ferreira, como podemos ver na seguinte passagem: “A cadeira de Política inscrevia-se (como Sociologia e Antropologia) no Departamento de Ciências Sociais, em que olhos mais argutos já podiam ver nascer, embora cobertas ainda pelo capim, as sementes de futuras discórdias. Lourival, que apregoava, como disse, ser a Política uma Sociologia Especial, alimentou todo o tempo um sonho: fazer da Cadeira um departamento próprio em que fosse possível desenvolver as várias disciplinas que com tato vinha introduzindo no currículo obrigatório de Ciências Sociais, aumentando sem dúvida a carga de Política: História das Ideias, Formação do Estado Moderno

Dominação, Estado, Ideias políticas de pensadores clássicos e modernos eram cifra básica dos estudos políticos, isso sem esquecer da discussão de autores nacionais, encarados com certa desconfiança, ora pelo seu tom ensaístico, ora pelo seu conservadorismo, à maneira de Gilberto Freyre, Silvio Romero e Oliveira Vianna. No mais, via-se uma falta de bibliografia científica sobre o Brasil, levando alunos e professores à pesquisa e coleta de dados - orientada pelos professores, é claro - destas paragens. No intuito de obedecer ao decreto federal 12511, que versava sobre os padrões disciplinares a serem seguidos no ensino, o curso de Ciências Sociais é redefinido e a Cadeira de Política é criada. Nesse ínterim, Roger Bastide (Bastidinho aos alunos), contratado para cadeira de Direito Político, passa à cadeira de Sociologia e Arbousse-Bastide à cadeira de Política, trazendo consigo seu assistente: Lourival Gomes Machado.

Ambos, juntamente com Georges Gurvitch e Charles Morazé - os quais passaram pela cadeira nos períodos em que Arbousse-Bastide trabalhou para o governo francês em outras funções, até a assunção definitiva de Gomes Machado em 1954 -, foram responsáveis pela consolidação da forma e conteúdo como se aprendeu Política na FFCL. Lembrando que os dois Bastides, apesar de franceses, introduziram o estudo sistemático de Teoria Política também americana, alemã e inglesa. Movimento muito bem representado e objetivado pelo primeiro doutorado da cadeira, de 1942, o supracitado *Alguns aspectos atuais do problema do método objeto e divisões da Ciência Política*, de Gomes Machado; o qual contava com a bibliografia mais recente de Ciência Política, europeia e americana. Em tal tese buscava-se marcar o papel e a importância desta ciência no conjunto das Ciências Humanas, “bem como mostrar a necessidade do conhecimento dos fenômenos políticos, para se chegar ao entendimento da sociedade como um todo e estabelecer métodos de análise que possam ser mais adequados a essa ciência” (QUIRINO, 1994, p. 341). Forçoso dizer que, entre os anos de 1941 e 1943, catedrático e assistente procuraram em seus cursos discutir o estudo científico específico de realidades políticas, buscando em um primeiro momento introduzir os alunos nos estudos das relações entre morfologia social e fatos políticos e posteriormente em cursos intensivos sobre o

Instituições Políticas Brasileiras. Essa última era sua preferida, tão querida que no fundo desejava que todos seus assistentes pesquisassem o passado brasileiro para ver a gênese do presente que vivíamos” (FERREIRA, 1994, p. 283-284).

desenvolvimento da ideologia democrática e seminários de leitura do *Contrato social*, de Rousseau. Em 1944, o catedrático Arbousse-Bastide licencia-se com o intuito de prestar servidões especiais à embaixada francesa no Rio de Janeiro e o assistente, Machado, ocupa as funções da cátedra. Já à época os cursos de Política passam a ser estruturados em torno de três macro unidades didáticas. De acordo com Quirino a distribuição era a seguinte:

I - Curso sistemático de introdução à ciência política: visão panorâmica dos problemas políticos (organização constitucional e administrativa, fundamentos sociais, econômicos e ideológicos do Estado; história e geografia das idéias políticas; relações internacionais; as ciências políticas em sua multiplicidade) e sistematização da ciência política (principais interpretações; quadros gerais de uma introdução: a ciência política como estudo sistemático das instituições e dos regimes políticos); II – “Lições sobre a história das ideias”. Este curso, desde então, dedicou-se a desenvolver estudos interpretativos do pensamento político clássico. Podia-se discutir um único pensador, ou mesmo uma única obra durante um ano letivo, como poder-se-ia trabalhar sobre vários autores durante apenas um semestre; “III – Seminário de leituras e comentários, bem como de apresentação, debate e crítica de trabalhos de alunos”. Esse seminário, aos poucos, vai se transformando em discussões das pesquisas realizadas por alunos e professores da Cadeira e acabará por ser o ponto de apoio que dará sustentação, no futuro, em meados dos anos cinqüenta, à criação dos cursos de Instituições Políticas Brasileiras. Com pequenas transformações, é em torno desses três temas fundamentais que se define o tripé que por longos anos foi a base e a marca da Ciência Política da USP (QUIRINO, 1994, p. 342-343).

Em uma visão retrospectiva, a cientista política afirma que o item I acabou por ser designado durante uma boa parcela de tempo como *Introdução Conceitual*, permitindo-se que se enfatizasse autores e conceitos variados, ao sabor da atualidade destes e da situação concreta da política nacional, indo de Weber, passando por Marx e Dahl, até discussões sobre liberalismo, autoritarismo e democracia. O Item II, que versava sobre história das ideias, sempre prezou e manteve a leitura atenta dos clássicos, ao modo de Maquiavel, Locke e Hobbes, a partir tanto do método estruturalista da leitura de textos, até os assim chamados métodos genéticos e retrospectivos. Já o elemento de número III passou a ser chamado de *Instituições políticas brasileiras*, nascido como parte de um grande projeto de pesquisa acalentado por Gomes Machado, tendo como essência a tentativa de cobrir a história política brasileira, desde o sistema de administração colonial até a política moderna. De sorte que dali saíram teses tanto sobre o Império e a Inconfidência, quanto o fenômeno do populismo na política nacional.

No ano de 1949 chegam reforços importantes para a Cadeira de Política: Paula Beiguelman e Oliveiros Ferreira são contratados como auxiliares de ensino e Gomes Machado defende a tese de livre-docência sobre o *Tratado do Direito Natural de Tomás Antônio Gonzaga*. Cinco anos depois, o mesmo professor apresenta a tese de cátedra *Homem e sociedade na Teoria Política de Jean-Jacques Rousseau*. A partir de tais trabalhos e teses, Gomes Machado deixava transparecer uma vontade de ele mesmo completar a construção do tripé que deveria sustentar os estudos de Ciência Política, quais sejam: *definição e compreensão dos conceitos e do método; levantamento de diferentes aspectos da política brasileira e a história das ideias políticas* (QUIRINO, 1994, p. 346) (FERREIRA, 1994, p. 283). Forçoso lembrar que ainda no ano de 49 iniciam-se as primeiras pesquisas eleitorais, mapeando, dentre outras coisas, o voto nas eleições de 1947, demografia eleitoral desde 1920 e a campanha eleitoral de 1950. À medida que os projetos e pesquisas ensejados pela Cadeira foram aumentado, evidenciou-se a dificuldade de obtenção de dados, principalmente documentação histórica mais antiga. O que levou à consecução de um novo projeto: a formação, via financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), de um arquivo com dados coletados e publicações de acesso difícil, os chamados *Arquivos de Política*. Dando materialidade para o argumento de Quirino de que até os anos 1970, duas atividades eram vitais: “o projeto comum e a leitura dos clássicas” (QUIRINO, 1994, p. 348), até porque estes seriam indispensáveis para qualquer compreensão da Ciência Política.

Em 1963, como dito anteriormente, Gomes Machado licencia-se para trabalhar na UNESCO, Beiguelman fica em seu lugar. Em 1964 o Golpe é consumado, todavia até 1968 havia certa aparência de normalidade, até porque, como nos ensina Schwarz (2008) - e complementa Arantes (1994) -, enquanto a ditadura de direita se firmava, havia hegemonia cultural de esquerda, Maria Antonia inclusa. Em meio a estes quatro anos trabalhou-se e leu-se muito Caio Prado Jr., Lukács, Mannheim, Marx, Nabuco, Victor Nunes Leal, descobriu-se Marcuse e Gramsci - este último estudado aos borbotões, chegando a tema de livre-docência de Oliveiros Ferreira na década de 80. No ano de 1967, Gomes Machado morre e a cátedra vaga é conquistada em concurso por Fernando Henrique Cardoso com a tese *Política e*

desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro, ganhando de Paula Beiguelman. Ambos, posteriormente, foram aposentados compulsoriamente pelo AI-5 de 1968. Necessário dizer que desde o seu início até o período pós-redemocratização o departamento passou por fortes transformações, todas elas sob o signo das mudanças políticas do país:

Quando ainda no período de Vargas, a Ciência Política, nos seus primórdios, parecia querer negar sua vocação e apenas transformar-se num aspecto do ensino do Direito. Com os movimentos para a redemocratização do país e de 1945 a 1964, o estudo da Política adquiriu forças, não só para tentar entender os complexos caminhos da liberdade, mas também para enfrentar a busca de uma sociedade mais igualitária. Democracia e Socialismo foram, então, os seus temas fundamentais. A redescoberta dos direitos fundamentais e a construção da nova Constituição aproximou de novo a Política do Direito. A redemocratização trouxe consigo os estudos de transição democrática e novo interesse pelas velhas e novas análises sobre Democracia (QUIRINO, 1994, p. 348).

À vista do que fora aqui colocado, passemos agora para o exercício de leitura do doutoramento de Lourival Gomes Machado, o qual acreditamos ser essencial para se entender a sua compreensão mais alargada, apesar de específica, de ciência política.

Um doutoramento

O doutorado de Machado, defendido em 13 de novembro de 1942, fora publicado em forma de livro, ou melhor, como primeiro Boletim da cadeira de Política em 1943 com o título *Alguns aspectos atuais do problema do método, objeto e divisões da ciência política*. Neste, Machado, já de saída, expõe que sua preocupação não é apresentar um panorama histórico ou cronológico das evoluções de ideias políticas e seus autores adeptos, mas sim “o exame das tendências mais atuais da ciência política no tocante ao problema dos métodos e do objeto” (MACHADO, 1943, p. 5). De modo que ali era preciso abandonar qualquer intuito de ordem histórica. Desta feita, Machado procurou efetuar uma síntese metodológica a qual não ficou apenas do campo metodológico, mas sim procurou escandir as linhas evolutivas da literatura atual em direção à ciência. Esta entendida como uma ciência objetiva que cuidando especialmente dos fenômenos políticos poderia oferecer um conhecimento exato do aspecto político da vida nas sociedades (Ibid., p. 32). Importante ter em mente que para o nosso autor o único método científico é

justamente o indutivo, prezado por Francis Bacon e adaptado por Durkheim ao método sociológico, conforme argumenta (Ibid., p. 48).

Aprofundando o seu objetivo, Machado argumentou que reinava certo caos quanto ao modo de encarar a ciência política, seu objeto e métodos. Algo que tentou enfrentar mostrando certa direção segura seguida semelhantemente por autores ingleses, franceses e estadunidenses, pois caminhando “por trilhas diversas, todos, na medida de suas forças, encaminham-se para um mesmo ponto ideal de unificação do pensamento” (Ibid., p. 6). Mas que ideal seria este? Até onde podemos adiantar trata-se de um ideal de determinismo político, essencial à especificidade do campo e sua autonomia relativa – ressalte-se que por determinismo o catedrático da cadeira de política queria dizer não a sobreposição ou proeminência de um fato sobre todos os outros e sim o estabelecimento de uma relação causal entre, por exemplo, fenômenos e causa (Ibid., 96). Ora, mas, à primeira vista, isso nos levaria a um enquadramento da ciência política muito próximo daquele descrito por Forjaz (1997), Keinert e Silva (2010), não¹⁴? Na realidade, apesar de uma nomeação um tanto aproximada, a substância de ambas é distinta, como procuraremos expor aqui.

Machado expõe que desde sempre houve interesses pela aquisição de conhecimentos sobre os chamados fenômenos políticos, pois já nos primeiros documentos do pensamento humano há um forte interesse pelo estudo dos fatos de organização voluntária das sociedades, da organização de governos e da administração. Tendência que sobrepuja o interesse pelos outros fenômenos sociais e que resume em si a história do estudo das sociedades, “narrando a evolução do que mais tarde será uma ciência autônoma – a sociologia” (MACHADO, 1943, p. 7). Por outro lado, é preciso ter em conta que nas ocasiões em que os homens agem, fazem-na por três motivos: i) em razão dum princípio geral de que deduz o caso particular em questão; ii) por meio de uma regra expressa representada duramente pelos princípios de ação tomados como uteis pela prática; iii) tendo em vista um problema inédito, praticam verdadeiro processo de tentativa e erro até que se possa obter um

¹⁴ Sobre esta comparação, repisamos o que fora dito, a partir dos ensinamentos de Brandão (2005) anteriormente na seção um de nosso artigo – mais especificamente na página dois e no rodapé número dois - sobre a relação entre história das ideias, interesse político e teórico atual e as possibilidades de pensamento.

resultado bom. Estariam aí respectivamente, na exposição de nosso autor, três espécies cognoscitivas, detalhadas respectivamente do seguinte modo: i) um grande princípio geral, próprio da filosofia, forneceria o campo para posteriores aplicações particulares; ii) a norma da ação volta-se não para o comprovável e sim para o que é útil e eficaz, característico da arte política e iii) o conhecimento nasce da experiência concreta de ações sucessivas e variadas, isto é, empíricas, sendo ainda incapaz de gerar ciência, contudo diferencia-se da metafísica e do conhecimento normativo. Uma tríade política e cognoscível a qual teria levado ao seguinte quadro:

Talvez a coexistência de três tipos de conhecimento não fosse capaz de perturbar o desenvolvimento da política se não viesse a ser agravada pela especialização progressiva de cada um deles paulatinamente aumentada e autonomizada. Diferenciando-se, senão se ignorando uns aos outros, chegaram estes três ramos à discordância absoluta, inversão do conjunto sistemático de conhecimentos oferecidos inicialmente pela filosofia grega e cuja consequência mais funesta foi a invasão recíproca dos campos respectivos da arte [da política], da filosofia e do empirismo políticos. Como cada qual era dominado por um tipo especial de cultura, não será difícil avaliarmos o estado caótico em que se encontrou a norma da ação hesitando entre a base filosófica, a rotina tradicional e o conhecimento acidental e limitado; ou a filosofia da vida política sendo dominada em certo assuntos pela erudição histórica, quanto não pelos entraves da aglomeração de conhecimentos práticos. Acrescentamos ao quadro a vizinhança perigosa das várias ciências humanas que então floresciam e que, pela própria força expansiva das ciências novas, invadiam todos os terrenos e teremos assim um panorama geral do estado em que se apresentam os conhecimentos políticos do século XIX (Ibid., p. 11).

Seguindo seu raciocínio, o professor uspiano argumenta que os vários pensamentos políticos do século XVIII e XIX padecerão de enorme entrechoque e confusão, desobrigando-os de dar-lhes mais sistematicidade. Porém, reagindo à esta cornucópia teórica, surgiram dois grandes sistemas científicos os quais perseguiram a ideia de dar sólidas bases sistemáticas para a nova ciência da política, quais sejam: o positivismo e o marxismo. Ambos teriam em comum o fato de tentarem dominar e apanhar a totalidade dos conhecimentos científicos sobre o homem, sem se desviarem da tarefa de estender suas conclusões até o domínio práticos dos fatos sociais, com o intuito de servir como ponto de partida para uma política ativa. Sem embargo, no primeiro, a política positiva seria um efeito da sociologia feita por August Comte; no segundo, por sua vez, a construção intelectual de Marx deveria ter seu acabamento lógico numa política de ação que iria até os pequenos detalhes da

prática revolucionária. Em Comte veríamos a tentativa de dominar o campo heterogêneo dos fenômenos por leis homogêneas e constantes, capazes de embasarem uma prática política positiva acertada, tendo como palavra de ordem: saber, prever e prover. Em Marx, segundo a leitura de Machado, o que mais valeria é a tentativa de descobrir os fundamentos constantes e determinantes da ação política, os quais valeriam mais do que qualquer sistema geral e teriam seu fundamento na vida material da sociedade.

Se o comtismo e o marxismo não chegaram a dar conta da tarefa de fundarem uma ciência política autonomizada das demais ciências e dos preceitos filosóficos, teriam conseguido, ao menos, fixar a ideia de que os fatos sociais e, conseqüentemente, os políticos, “são ligados a causas de modo constante e universal, o que assegurou definitivamente a possibilidade de seu estudo científico” (Ibid., p. 18). Nessa seara, também poderia ser entendida a obra de Geog Jellineck, entretanto, esta, apesar de altas pretensões científicas, ao ficar presa apenas ao estudo do Estado e de seus tipos médios contemporâneos e ocidentais não cumpre o que promete do ponto de vista científico. Assim, mesmo sem sucesso, os sistemas acima referidos servem como referências ao escopo do estudo de Machado, mostrando a tentativa científica de separar a ciência política das demais ciências afins e dotá-la de um forte determinismo que lhe permita se basear em relações causais. É possível enxergar este movimento em prol de uma maior autonomia da ciência política não em um só autor ou corrente e sim como uma tendência discernível em meio ao cipoal de pensadores e teorias. Estes liames pretendiam abandonar o caráter normativo e o apriorismo filosófico, esforçando-se por obter um conhecimento objetivo dos fenômenos políticos e a possibilidade de conexão de nexos relacionais entre eles. Mas, ao fim e ao cabo, estas primeiras tendências voltadas para a autonomização dos estudos políticos tendiam a colocar a ciência política como ramo secundário da psicossociologia ou mesmo da jurisprudência.

Sem ser pessimista, Machado avaliou que as tentativas anteriores haviam sido bastante insuficientes quanto à tentativa de constituição de um ciência política, até porque ou estavam sempre apoiadas em conhecimentos de outras ciências e em princípios filosóficos, ou acabavam por estabelecer verdadeiras novas abstrações em lugar do conhecimento efetivo da política. À

vista disto, o catedrático de política argumentou que a tentativa de constituição de uma ciência política ficou prejudicada tanto por posturas empiristas - pensadas como a tentativa de identificarem-se como teoria construída imediatamente sobre dados da prática - , quanto pelo teorismo - visto como um experimento em que princípios filosóficos são substituídos por afirmações de caráter até científico, não obstante possuidoras de uma natureza por demais ampla e transplantadas para um conjunto específico de acontecimentos sem o mesmo rigor no qual representações coletivas ligadas a determinadas condições sociais fariam as vezes do conhecimento científico. Deste modo, a necessidade de uma ciência política fica cada vez mais acentuada, dado os interesses pelos conhecimentos positivos neste campo. No entanto vê-se um fracasso sistemático nos esforços dirigidos no sentido de erigir uma ciência política equivalente em seus métodos e suas leis às demais ciências. Tendo isso em vista, em que direção esta disciplina científica deveria ir?

Algumas apostas foram feitas, lançando-se mão de alguns tipos de métodos, organizados e chamados por Machado, respectivamente, de: histórico; antropológico, político, psicológico, biológico e sociológico. Antes de adentrar, rapidamente, em cada um deles é necessário dizer antes de mais nada que todos são vistos pelo nosso autor como insuficientes, pois seus propositores não os passaram pelo crivo da crítica rigorosa, o que teria conseguido adaptá-los convenientemente aos objetivos da ciência política e dar-lhes um valor lógico universal.

O método histórico seria caracterizado por representar um ponto de ligação entre a mentalidade tradicional ético-política e o pensamento moderno científico, levando a um conhecimento simples e positivo, caracterizado por afastar da teoria política o pensamento puro, a partir do qual poder-se-ia atingir um conhecimento superior. Mesmo assim, observa-se em vários autores a tentativa de fazer com que este método histórico torne-se um dos instrumentos do método comparativo, permitindo a passagem de um conhecimento pautado na mera sucessão cronológica, para uma “história conceituada como material imprescindível para os estudos feitos dentro dum critério de generalização e de erecção de leis que seria impossível conseguir-se no princípio de individuação histórica” (Ibid., p. 38). Impondo-se a

comparação, por exemplo, entre instituições no tempo, permitindo que se reconheçam regularidades históricas generalizáveis e fatores gerais que possam provar peculiaridades em cada situação histórica, sendo este justamente um dos elementos que possibilitam se fazer ciências sociais em geral e a ciência política em particular.

Isto posto, podemos passar para o segundo método acima listado, o antropológico. Neste ver-se-ia uma atenção particular aos fatores que dizem respeito à origem e formas rudimentares de organização do poder político e estatal, fornecendo material de comparação entre instituições de diferentes sociedades para a ciência política.

O método jurídico, por seu turno, guardaria dentro de si tanto a chamada filosofia jurídica, quanto a sociologia jurídica. A primeira diria respeito ao estudo da jurisprudência de um ponto de vista ideal e a segunda tentaria apanhar a realidade jurídica efetiva. Ambas matérias afins à ciência política. Porém, se fosse vista como o estudo comparativo que visa o aspecto legal dos movimentos e sistemas políticos, teríamos algo mais interessante para a pesquisa política.

Desses três métodos, a partir do que fora exposto, é possível depreender o seguinte: i) os três são fortemente históricos; ii) os três estão fortemente subordinados ao método comparativo, levando Machado à conclusão de que são apenas três aspectos diferentes do método comparativo, passo necessário da pesquisa social. Seria esse o destino dos derradeiros métodos acima listados (o psicológico, o biológico e o sociológico)? É patente na literatura sobre método psicológico na ciência política uma confusão terminológica e uma incapacidade dos autores em distinguirem os seus conceitos essenciais, como a própria categoria de psicológico, seus limites e sua aplicação. Ademais, é possível notar duas compreensões distintas dos problemas: a) fornecer um princípio humano básico o qual poderia ser aplicado como a causa explicativa de fenômenos sociais ou b) procurar num campo particular a comprovação de afirmações gerais, prática que nem poderia ser reconhecida como ciência política. Neste último campo poderíamos colocar também a contribuição da metodologia biológica, preocupada apenas em comprovar a eficiência dos mecanismos da evolução num campo particular de saber. Machado, por fim, conclui pela ineficácia da metodologia psicológica,

dato que acabaria por confundir os planos individual e social, produzindo uma barafunda intelectual, cujo resultado seria o não entendimento da especificidade da psicologia, da sociologia e da ciência política.

Quanto à sociologia, a questão é mais complicada, posto que a natureza dos fenômenos políticos é essencialmente social. Aqui Lourival Gomes Machado não só diz que a ciência política deveria se aproveitar das conquistas efetuadas pela sociologia, como formula um questionamento profundo sobre a disciplina:

[...] a inegável semelhança e o englobamento iniludível do político pelo social nos permite perguntar se a política tem realmente caracteres suficientemente marcados para a tornar uma ciência autônoma. Se o fato político é um fato social que simplesmente se destaca dos demais por decorrer simplesmente duma só ordem de instituições e representações, não vemos motivos para que não seja considerada como uma das sociologias especiais, parte detalhada em visão particular do grande todo que procura conhecer e enunciar as leis da vida social. Se, pelo contrário, encontrarmos na vida política das sociedades humanas certos resíduos que permanecem sem explicação suficientemente esclarecedora depois de aplicado o método sociológico, sentiremos por eles que o nosso campo é limitrofe, mais inconfundível. Neste caso, abandonaremos qualquer tentativa de a tornar sociológica, teremos que procurar um método original especificamente adaptado ao objeto diante do qual, é óbvio, a sociologia poderá figurar como capaz de fornecer contribuições. Assim como da história e da geografia a ciência social aproveita conhecimento, passando pelo crivo de sua contextura interpretativa diversa daquelas disciplinas, também podemos conceber uma ciência política, autônoma, recebendo da sociologia dados indispensáveis acerca da vida social em que se mergulha a esfera política (Ibid., p. 47).

No entanto, para que possa responder a esses questionamentos, o crítico terá de passar pelo estudo da natureza e da especificidade do objeto político, pois este pode resistir à aplicação de um método inadequado e levar mesmo a um método exato e, quiçá, ao método político. Dando consecução à exposição, o nosso autor dirá que comumente a política é abordada como um fato social, todavia esta definição pecaria por inespecificidade. Em primeiro lugar, é um fato social que se passa no meio social e tem relação com esse meio, diferentemente do objeto político do que chama de sociologia doméstica, a qual teria que lidar com importantes determinações de ordem biológica. Em segundo lugar, seria um fenômeno social superior, à maneira da moral e do direito, logo ocuparia um espaço importante em meio aos vários elementos da vida social. Tanto é que objeto da política acaba por ocupar um lugar definido no complexo grupal e apresentando uma natureza complexa. Não obstante, o

campo dos fenômenos políticos não deve-se a qualquer tipo especial de atividades essenciais da vida social, colocando seus problemas a partir do nível social e não da natureza humana à ordem social. Assim, vê-se que a ordem social e a ordem política, com especificidades, participam da mesma natureza social.

A partir disto, resta responder a seguinte pergunta: qual seria a especificidade do fenômeno político frente ao moral e ao jurídico, posto que estes dois últimos apresentam-se como fatos específicos da vida social? Frente ao primeiro, a política seria dotada de uma capacidade coercitiva que lhe é própria e da possibilidade de instaurações de novas ordens, admitindo inovações advindas de indivíduos isolados, enquanto a moral, compreendida como conjunto de valores morais dominantes na sociedade, reduz-se a simples repetição imperativa dos elementos tradicionais da ordem social. *Vis-à-vis* ao jurídico, tem-se que este seria decorrente da ordem política, servindo como meio de manutenção da ordem, constituindo-se como mero satélite da ação política e seu regramento. Bem, dito isto, qual é o justo lugar do político na sociedade humana? Qual seria o lugar da ciência que o estuda efetivamente e cientificamente? *Machado responde que seu lugar é como uma sociologia especial, pois ciência política e sociologia política são idênticas.* Entretanto, antes de tomarmos o argumento de nosso autor como, em sua totalidade, datado e superado – não que sejamos apologistas do que aqui expomos, mas acreditamos que as lições de Machado, em certa medida, são úteis para se (re)pensar a ciência política contemporânea -, sejamos pacientes e deixemos que seu raciocínio venha à tona nesta exposição. Vejamos os seguintes trechos, comprobatórios do que estávamos dizendo:

Destinada [a ordem política], pela sua função, a reforçar a ordem natural, ela o faz dentro do próprio processo social, sem que se faça necessária na sua execução a participação das vontades humanas que figuram como onipotentes nas velhas teorias: mesmo as expressões individualizadas da ação política são susceptíveis de interpretação sociológica na medida em que nelas se refletem as forças da natureza social. Cada vez que, entre a vontade do homem e as necessidades sociais, não se traça uma identidade ainda que parcial, a inovação política está fadada ao total desaparecimento (Ibid., p 56).

E ainda:

Contudo, encarando-se a esfera dos fenômenos políticos em sua própria natureza, sem nos importar com as falhas do passado, e

aceitando-se a ciência que deseja se dedicar ao seu estudo como capaz de cumprir os princípios lógicos que mandam [que] se adquira os conhecimentos progressivamente, a partir da mais simples unidade mínima que até alcançar os fatos em cuja composição e intercorrência de muitos fatores primários provoca complexidade sensível, somos levados a confessar que a distinção entre a ciência política dum lado e a sociologia do outro precisaria justificar-se posteriormente pelos frutos que viesse a dar. [...] Se é real a natureza social que tantos autores apontam nos fatos políticos e se essa natureza social pode ser interpretada, tal como o fizemos, como uma dos [das] ordens, sociais, natural ainda que consciente, os fenômenos que a princípio queríamos dar como objeto duma ciência autônoma são perfeitamente integráveis no campo de estudo da sociologia. A sociologia política estuda os mesmos problemas que a ciência política. Seus métodos – o método indutivo adaptado primariamente ao princípio geral do determinismo e, numa segunda operação, à especificidade do social – são idênticos. E como o método é que leva aos princípios interpretativos, não vemos modo de se negar a identidade lógica e a identidade de fato que se estabelece irrecusavelmente entre estas duas disciplinas científicas (Ibid., p. 58).

Lourival Gomes Machado cita autores diversos como Gettell, Barnes, Davy, que na letra ou no espírito do argumento, apontaram uma distinção entre Ciência Política e Sociologia política muito mais com um amor à tradição do que como uma efetiva divisão do trabalho. E mais: uma desconfiança em relação aos conhecimentos sociológicos e um apego às fórmulas jurídicas ou filosóficas, poderiam fazer com que a maior parte dos autores que escreveram sobre ciência política reduzissem o objeto de seu estudo à realidade política mais imediata das sociedades modernas, qual seja: o Estado. Mesmo com esforços metodológicos preliminares visíveis, a obra destes autores acaba por ficar presa a uma velha rotina de estudos, cujo desenvolvimento não atinge o nível necessário pedido pelos critérios científicos, imprescindíveis aos estudiosos da política. Critérios que giram em torno da descoberta indutiva de leis, imprescindíveis para uma explicação causal capaz de indicar a função social de um fenômeno. Subsidiariamente, poder-se-ia dizer, então, que é impossível erigir uma ciência política, mesmo que sociológica, que cuidasse exclusivamente do Estado, fenômeno mais aparente da política.

Machado ainda passará por alguns esforços de isolar a política e o chamado “ato político” da sociedade e do estudo sociológico, pretendendo com isso fornecer conhecimentos mais constantes da atividade política dos homens, ao modo do que é feito no âmbito da economia. O responsável por isto foi o cientista político britânico George Catlin, cujo propósito era constituir uma ciência do político baseada em ficções formais nomeadas por ele como

atos políticos, entendidas como átomos mínimos do político, os quais se repetem sistematicamente. Estes atos políticos produziriam padrões discerníveis sincronicamente, quase como se a continuidade histórica não fosse um empecilho ao politicista e sua análise. Estes atos políticos são discerníveis mesmo quando haviam aparentes mudanças da natureza humana, algo que sempre se dará enquanto houver liberdade de ação, num modelo científico próximo ao da economia e seu ato econômico, ávido pela subsistência material. Seguidor de Bentham, Catlin irá se insurgir contra a filosofia e a história: à primeira, objetará que princípios filosóficos nada dizem sobre a essência da política, discernível a partir de abstrações baseadas em generalizações induzidas. À segunda, indicará a existência de uma estrutura dos fenômenos, cuja repetição depende da persistência de seu aparecimento enquanto tipo fenomênico.

Todavia, o que seria uma constante indubitável do ato político, suas linhas componentes? Catlin responde que é uma vontade forçando outra vontade à obediência. Como o autor britânico retira esse ato político da sociedade, o quer fora da história e despido de princípios normativos, embebe-o, afim dar consequência ao seu pensamento, em seu etéreo postulado psicológico. Não obstante, o pressuposto essencial deste postulado é a existência conceitual de um *Homo politicus*, aparentado ao *homo economicus* – encontrado, principalmente, nas análises de microeconomia. À vista disto, Machado argumenta que o que deve ser atacado no “ato político”, não é sua base bio-psicológica de impulsos essenciais, mas sim o fato de tais construções além de não explicarem a complexidade da vida econômica e política, também não permitirem que se alcance a estrutura superior dos fatos sociais, pois fundamento em um psicologismo primário. Continuando o argumento, Machado expõe que:

Só dentro do tipo de civilização contemporânea, só dentro dos padrões e das representações civilizadas europeias e americanas, pode subsistir a predominância deste ou daquele impulso, de vez que estes impulsos se desenvolvem sempre dentro do sistema de valores predominantes em nossos grupos. A economia monetária e creditária é o cenário imprescindível para o “homem econômico”; para o “homem político” precisaríamos imediatamente lançar mão de conceitos como o de consciência da própria liberdade, que não sabemos ser constantes em todos os homens de todos os lugares. Não são postulados psicológicos, como pode parecer à primeira vista; são tipos sociais (Ibid., p. 76).

Com efeito:

Já vimos que, para ter desenvolvimento fecundo, dentro do campo da sociologia, não basta à política enquadrar-se no ponto de vista particular das ciências sociais como também não basta assumir uma atitude de rigorosa separação em relação às demais ciências afins. Sempre haverá o perigo de se aplicar o método sociológico a objeto de estudo que não lhe convenha, introduzindo na sociologia certas noções não verificadas anteriormente quanto à sua natureza social e tomando por simples realidades básicas fenômenos representativos de acabamento ou de etapa superior duma evolução de certas funções políticas. [...] Há, ainda, proveniente de exagero contrário, outro perigo: à força de se querer escapar aos critérios interpretativos de outras ciências, pode-se cair finalmente no simplismo de noções tão reduzidas aos detalhes últimos que, possivelmente, já não mais permitem uma visão especificamente sociológica de vez que mergulham na análise bio-psicológica do comportamento individual. O rigor metodológico exige, e só assim pode ser eficaz, exatidão na interpretação, mas não pode dispensar a análise prévia do objeto (Ibid., p. 77-78).

Crítica interessante e que, de modo sabidamente anacrônico por nós, poderia ser voltada às desmedidas do *rational choice* contemporâneo e seus dilemas envoltos em certas manhas ultrarracionalistas, as quais beiram o seu contrário: a metafísica do solipsista. Contrariamente a isto, Machado pensa que o ponto de vista da sociologia é essencial ao próprio entendimento da política, com efeito, a ciência política deveria, na verdade, passar a ser vista como sociologia política, um ramo sociológico especial, dentre outros. Porém, ela deveria permanecer em um plano estritamente científico e não prático, como já sugeriu Marcel Mauss em seu artigo “Divisions et proportions des divisions de la sociologie”, publicado em 1927 no famoso *L'Année Sociologique*. Com isso em mente, poder-se-ia entender melhor as relações que a ciência política terá com as demais ramificações.

Recebendo contribuições da sociologia geral e das demais sociologias especiais, é necessário notar que a sociologia política possui uma capacidade peculiar de reação a cada uma dessas disciplinas cognatas. Esta sociologia especial, ao tratar das estruturas superiores de ação humana em sociedade, poderá alcançar conhecimentos essenciais não somente às sociologias particulares, que receberão da sociologia política explicações sobre fenômenos de controle, inexplicáveis por si sós, mas também e principalmente à sociologia geral a qual poderia ter uma compreensão mais aprofundada dos fatos ligados à interação de vários fenômenos específicos e sobre a organização social. Mesmo assim, manterá sua especificidade, pois:

[p]artindo do estudo de fatos cuja especificidade já comentamos à saciedade, e mantendo uma maneira particular de encarar os fatos de ordem geral, o mesmo acontecerá em relação aos grupos e às instituições. Certas etapas inferiores das sociedades apresentam fórmulas que à primeira vista poderiam parecer a negação mesma da possibilidade de qualquer estudo político; à sociologia política incumbe, contudo, apontar nestas formas não-diferenciadas traços que denotam a existência da função política malgrado a indiferenciação do órgão. Também nos grupos humanos, quando tomados em seus aspectos materiais, há sempre nuances políticas que podem ser distinguidas por uma análise mais detalhada. Ninguém julgará inexistente uma função política no sincretismo da sociedade totêmica, como ninguém tomará o grupo demográfico como a exata expressão do grupo nacional. São exemplos da existência dum ponto de vista peculiar à especialização política da sociologia, cuja necessidade e eficiência são evidentes (Ibid., p. 87).

Nesse bojo, Machado, inspirando-se em esquema anterior de ensino forjado por Arbousse-Bastide, propõe uma organização outra para a pesquisa política e seu ensino – materializando-se, em certo sentido, na proposta pedagógica e de pesquisa presentes numa seção anterior deste texto¹⁵. Em primeiro lugar, dever-se-ia estudar tudo aquilo que dissesse respeito à caracterização do fato político entre os demais fatos sociais, sem deixar de lado as interferências destes últimos naqueles. Nas duas etapas consequentes seria necessário estudar as formas assumidas pelo fato político na vida social e dos seus movimentos e, finalmente, um estudo evolutivo dos tipos históricos, atuais e primitivos do complexo político. Esquematizando, seguindo algo que Machado mesmo faz (Ibid., p. 91):

- I – O FATO POLÍTICO.
 - 1 – Caracteres.
 - 2 – Especificidades. As interferências materiais e espirituais.
- II – FORMAS E PROCESSOS POLÍTICOS
 - 1 – Instituições, regimes e ideologias.
 - 2 – Equilíbrios políticos.
 - 3 – Função dos fenômenos políticos no complexo social.
- III – EVOLUÇÃO DOS TIPOS POLÍTICOS.
 - 1 – Tipos primitivos, históricos e contemporâneos.
 - Ensaio de classificação.
 - 2 – Evolução das instituições e dos regimes políticos.
 - Ensaio de interpretação sociológica.

¹⁵ Veja-se também este trecho de Machado: “Todo o campo de estudo de velhas disciplinas, como a teoria do Estado e a história das ideias e das instituições políticas, sem que estes conhecimentos desapareçam ou percam suas funções, torna-se suscetível duma interpretação sociológica. Indiferente ao que se arrogam de conhecimento as construções ideais e as suas consequências normativas, a sociologia política reconhece-lhes a necessidade e função através dos tempos e transforma em objeto de estudo essas construções, destinadas a motivar e justificar a ação política como representações responsáveis pelo aparecimento e sustentação das instituições. Portanto, também aqueles produtos de uma cultura espiritual caem sob o processo cognoscitivo. A ação, as ideias que a acompanham ou motivam as instituições estruturadas, ou processos de renovação e conservação, tudo quanto o homem origina pela prática material ou pela ação espiritual e se destina ao reforçamento da ordem social natural e espontânea, é objeto de estudo da sociologia ou – agora podemos afirmar a superioridade da nova denominação – da sociologia política” (MACHADO, 1943, p. 107).

Recapitulando o que havia anteriormente exposto, Machado ao final de seu doutorado passa a retomar alguns lineamentos os quais considera essenciais para um estudo científico da política. Primeiramente, há a necessidade de o estudo científico abandonar progressivamente o estágio primitivo baseado no plano da ação e encaminhar-se para um plano científico baseado na causalidade do político e seu, por assim dizer, determinismo, de maneira que poder-se-ia abandonar quaisquer noções de proveniência não-indutiva. Em segundo lugar, apesar de ausência de uma metodologia definida e precisa, a conquista do conhecimento do político deve se processar num sentido indutivo e realizada principalmente pelo método comparativo.

Como terceiro elemento, pode-se notar uma tendência contraditória neste campo de estudo, pois enquanto esforços por tornar sociológico o campo do político encaminham-se para o abandono da especificidade do objeto, os esforços para apanhar a especificidade dos fatos políticos levam a um abandono provisório das interpretações que tentam estabelecer um critério de causalidade sociológico. Por conseguinte, a harmonização deste movimento contraditório das tendências modernas apenas se completará na medida em que se juntar à análise puramente formal - importante, contudo não suficiente - a análise do conteúdo das inter-relações políticas. O quarto termo no processo expositivo de Machado retoma a ideia de sociologia política, enquanto uma sociologia especial, entendida como o campo dedicado ao estudo do conjunto de fatos, relações, estruturas e processos componentes da vida política das sociedades. De sorte que a extensão do seu objeto, tocando a generalidade de outros fenômenos especiais, justifica relações de imbricamento com todas as outras sociologias especiais e coloca a sociologia política em plano privilegiado quanto às contribuições que pode efetuar para a sociologia geral, com a qual jamais se confunde.

Em resumo, os conhecimentos do político iam assumindo, conforme as pesquisas de Machado apontavam, um caráter acentuado de saberes deterministas, os quais levam à construção de uma ciência do político distinta pelo objeto das demais ciências, porém igual a elas em objetividade e positividade. Todavia, dada a natureza substancialmente social de seu objeto, a ciência política deveria ser entendida como um terreno específico dentre os conhecimentos sociológicos. Aplicando-se, como sociologia política, a uma

ordem de fenômenos que podem ser caracterizados como imposição de uma vontade de um sujeito a outro indivíduo e que devem ser interpretados por suas causas e consequências sociais.

À vista do que fora exposto, é possível dizer que a forma como Machado compreendia a ciência política diferenciava-se sensivelmente do paradigma neoinstitucionalista posterior. Visto que este último intenta apreender a política como um fenômeno autônomo e o mais distante possível de outras esferas da vida, como da economia, da cultura e da sociedade. Machado, por sua vez, pretende colocar em circulação uma compressão da política entendida como um fenômeno dotado de determinações próprias e que exige certa especialização, mas que só poderia ser compreendido, no final das contas, enquanto fenômeno social e participe de uma totalidade material mais complexa. Ademais, ainda de acordo com o que foi exposto aqui, é possível formular uma crítica à visão anacrônica e retrospectiva do modo de fazer uma ciência política hoje hegemônica em relação ao passado desta disciplina, pois, contrariando o que os autores atuais do campo científico argumentam (Cf. FORJAZ, 1997; KEINERT e SILVA, 2010)¹⁶, podemos elencar, ao menos, três elementos importantes. Em primeiro lugar, a ciência política feita anteriormente a eles, ao menos no caso uspiano aqui estudado, não padece de um estruturalismo o qual relegaria o político ao plano do epifenômeno ou algo do gênero. Como segundo elemento, vê-se que a forma anterior de se fazer e pensar a ciência política não seria uma barafunda metodológica ou mesmo epistemológica, mas, tão somente, possuiria um projeto distinto do almejado pelo neoinstitucionalismo e seus pressupostos – o qual de possibilidade no campo das ideias, portanto passível de crítica e negação, passa a ser vista como prática necessária e única no campo científico. Por último, há, ao que podemos indicar, certa ilusão biográfica (BOURDIEU, 1986) - utilizada aqui em sentido um tanto livre - quando atores desta disciplina dizem construir a ciência política no Brasil, como se fosse o desbravamento deste campo ou algo começado do zero, sem reconhecer que em suas práticas se constituiu uma visão específica do que é ciência política, a qual fora alçada à condição de hegemônica.

¹⁶ Ressaltamos novamente, como no rodapé número um, que os estudos de Keinert e Silva (2010) e Forjaz (1997) não possuem um caráter normativo, sendo essencialmente analíticos e descritivos sobre o campo da assim chamada moderna ciência política no Brasil.

Considerações finais

A partir do que fora exposto neste artigo, é interessante notar um entendimento do que seria a pesquisa política ou, se quisermos, sobre ciência política, destoante da noção hoje hegemônica, assentada na *rational choice* e suas figurações, no quantitativismo e na autonomia total da política frente à outras esferas e searas da vida, ao modo da cultura, da economia e da sociedade em geral (Cf. FORJAZ, 1997) (KEINERT e SILVA, 2010). Sugestivo notar também que a própria trajetória e formação intelectual de Lourival Gomes Machado também dissonam bastante da especialização colocada como necessária ao exercício da ciência política atualmente. Trajetória ampla e incomum que abarcava as artes plásticas, a teoria e filosofia política, o exercício da crítica imanente em relação à cultura e às ciências sociais em geral, enriquecendo a sua experiência intelectual.

De modo mais direto: o que Machado, sua trajetória e sua seriação intelectual poderiam nos ser útil para pensar a ciência política feita nos dias de hoje? Apesar da aparente radicalidade de se colocar a ciência política como sociologia política, isto é, com componente especial da sociologia em geral, Machado chama atenção para a ideia que a política de modo geral e seu estudo em particular, apesar de sua especificidade, não pode abrir mão da relação com outras, por assim dizer, esferas da vida. Sob pena de haver uma especialização acentuada o suficiente para que não se veja o político como fazendo parte de sua totalidade social e histórica, demasiada complexificada e essencialmente mutável, cujo resultado poderia levar a uma perda de eficácia dos estudos políticos em relação ao real e até mesmo uma crise quanto à possibilidade de se pensar o seu objeto de estudo particular.

Evidentemente, estas não são impressões de ordem pessoal e sim algo já discutido até mesmo por autores importantes deste campo científico. Um primeiro exemplo seria Giovanni Sartori, destacado cientista político e uma figura de suma importância para a constituição da atual concepção da ciência política, para quem este campo encontra-se em grave crise, devido à sua especialização quantitativista, chegando à quase irrelevância (SARTORI, 2004). Outro exemplo é o do cientista política Jairo Nicolau, que, olhando para os resultados eleitorais de 2018 no Brasil e analisando as mudanças políticas

ocorridas de 2014 até 2018, concluiu que os cientistas políticos ficaram por demais institucionalistas, presos na jaula de regras e de padrões de comportamento político do sistema partidário brasileiro e das relações entre executivo e legislativo, deixando de lado uma análise mais profunda e *sociológica* de mudanças importantes ocorridas na sociedade nacional, ao menos, desde a primeira década do século XXI (Cf. NICOLAU, 2018a; 2018b)¹⁷. Desta feita, não seria descabido apreender em algumas lições de Lourival Gomes Machado - as quais precisariam ser melhor buriladas e passadas pelo crivo da crítica e do que depois fora discutido no campo das ciências sociais, é claro - sobre a complexidade da ligação entre os estudos políticos e as ciências humanas como a própria sociologia.

Referências

ANDRADE, Oswald de. **Ponta de lança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

ANDRADE, Oswald de. Bilhete sobre fantasia. **Sopro**: panfleto político-cultural, Desterro, v. 1, n. 17, 2019.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Um departamento francês de ultramar**: estudos sobre a formação da cultural filosófica uspiana (uma experiência dos anos 60). São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. O Brasil, os índios e finalmente a USP. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 fev. 1978. Folhetim.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 62-63, 1986.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. **DADOS**, Rio de Janeiro, v.48, n. 2, 2005.

¹⁷ Veja-se parte da fala do cientista político em questão feita em seminário para o Departamento de Ciência Política da USP – principalmente entre 1 hora e 33 minutos e 1 hora e 45 minutos: “Eu acho que o Brasil mudou e o Fernando Henrique tem razão numa certa medida e nós [cientistas políticos] não percebemos. O Brasil mudou no sentido sociológico. [...] Como que nós olhando para política e para o terremoto que aconteceu nos últimos três anos, nós acreditamos que essa eleição ia ser igual àquela que passou [2014]? [...] Não podia acontecer e não aconteceu. E aí sim, nós, talvez, com o nosso apego ao institucionalismo, a repetição de padrões que nós aprendemos a ver como caros ao funcionamento do sistema político, o presidencialismo de coalização, a disciplina, o controle dos estados para o sucesso presidencial. Tudo isso foi dando a um... a uma certa miopia – agora podemos dizer que foi miopia nossa, como analistas a posteriori [...]. E eu acho realmente que a gente tem que ser mais sociológico, mais do que estudar só a religião a gente tem que entender essa transformação da sociedade brasileira para além do institucionalismo que nos prendeu, nós ficamos muito institucionalistas, presos um pouco nessa jaula das regras. Tudo bem, essa é uma tendência da Ciência Política de fora daqui, até recentemente a gente né, pelo menos a minha geração foi muito influenciado por isso, mas essa mudança do Brasil nos últimos tempos exige que a gente olhe um pouco mais para a sociologia” (NICOLAU, 2018b).

CANDIDO, Antonio. **Teresina etc.** 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2007.

CANDIDO, Antonio. Digressão sentimental sobre Oswald de Andrade. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos.** 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CANDIDO, Antonio. Informe político. In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa. **Paulo Emilio:** Um intelectual na linha de frente. São Paulo: Embrafilme; Brasiliense, 1986.

CANDIDO, Antonio. Plataforma da nova geração. In: CANDIDO, Antonio. **Textos de intervenção:** seleção, apresentação e notas de Vinicius Dantas. São Paulo: Editora 34, 2002.

CARLOTTO, Maria Caraméz. **Universitas semper reformanda?** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

CORDEIRO, Denilson Soares. **A formação do discernimento: Jean Maugué e a gênese de uma experiência filosófica no Brasil.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.

FERNANDES, Ana Cândida Franceschini de Avelar. **Por uma arte brasileira: modernismo, barroco e abstração expressiva na crítica de Lourival Gomes Machado.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

FERREIRA, Oliveiros S. Introdução. In: MACHADO, Lourival Gomes. **Tomás Antonio Gonzaga e o Direito Natural.** São Paulo: Edusp, 2002.

FERREIRA, Oliveiros S. Lourival Gomes Machado. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 8, n. 22, 1994.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 12, n. 35, 1997.

GOMES, Paulo Emilio Salles. Comentário. In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa. **Paulo Emilio:** Um intelectual na linha de frente. São Paulo: Embrafilme; Brasiliense, 1986.

GOMES, Paulo Emilio Salles. Declaração. In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa. **Paulo Emilio:** Um intelectual na linha de frente. São Paulo: Embrafilme; Brasiliense, 1986.

HECKER, Alexandre. **O socialismo sociável:** história da esquerda democrática em São Paulo (1947-1965). São Paulo: Unesp, 1998.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. **Semeando a democracia:** a trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem: Palesa, 1995.

HECKER, Alexandre. **O socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1947-1965)**. São Paulo: Unesp, 1998.

KANT, Immanuel. **Lógica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. A gênese da ciência política Brasileira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 22, n. 1, 2010.

MACHADO, Lourival Gomes. **A política de Jean-Jacques Rousseau; Homem e sociedade na teoria política de Jean-Jacques Rousseau**. São Paulo: Martins Fontes; Edusp, 1968.

MACHADO, Lourival Gomes. **Alguns aspectos atuais do problema do método, objeto e divisões da ciência política**. São Paulo: FFCL-USP, 1943.

MACHADO, Lourival Gomes. **Barroco Mineiro**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MACHADO, Lourival Gomes. **Retrato da arte moderna do Brasil**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1947.

MACHADO, Lourival Gomes. **Tomás Antonio Gonzaga e o Direito Natural**. São Paulo: Edusp, 2002.

MASSI, Fernanda Peixoto. **Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas, Campinas, 1991.

MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os primórdios da faculdade de filosofia, ciências e letras da Universidade de São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, v. 1, n. 103, 1975.

NICOLAU, Jairo. **O triunfo do bolsonarismo: como eleitores criaram o maior partido de extrema direita da história do país**. 2018a. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-triunfo-do-bolsonarismo/>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

NICOLAU, Jairo. **Seminário especial conjuntura: As eleições de 2018**. 2018b. (1h50m55s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gjUU6VwKPYQ>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

PONTES, Heloisa. **Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940 - 1968)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

QUIRINO, Célia. Departamento de Ciência Política. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, 1994.

SARTORI, Giovanni. Where Is Political Science Going? **Ps: Political Science and Politics**, Cambridge, v. 37, n. 4, 2004.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARTZMAN, Sirmon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Finep, 1979.

SILVA, Dimitri Pinheiro da. **Da política à ciência política, da ciência política à política: a trajetória acadêmica de Paula Beiguelman (1949-1969)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, Gilda de Mello e. **Exercícios de leitura**. São Paulo: Editora 34, 2008.